

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho 20: Religião, conflitos e questão de secularização

Os partidos políticos e as organizações religiosas no Brasil contemporâneo

Theófilo Rodrigues (UFRJ)

Introdução

Em outubro de 2016, a cosmopolita cidade do Rio de Janeiro elegeu como prefeito o senador e bispo licenciado da Igreja Universal, Marcelo Crivella. Longe de significar um fato isolado, a eleição do político evangélico em uma das maiores cidades da América Latina é representativa e exemplar de um fenômeno cada vez mais presente na sociedade brasileira: a emergência das relações entre partidos políticos e organizações religiosas. De certo, esse não é um fenômeno novo e nem mesmo particular do caso brasileiro. Por todo mundo, desde o século XIX, mas principalmente a partir do XX, partidos referenciados em doutrinas religiosas, principalmente a “democracia cristã”, assumiram protagonismo em suas sociedades. Neste registro, a Alemanha e a Itália são seguramente os casos mais emblemáticos. Mas também no Brasil essa relação se fez presente, como asseguram as fundações do Partido Católico em 1870 e do Partido Democrata Cristão em 1945. Diga-se de passagem, que um quadro oriundo das fileiras do PDC chegou a ser eleito presidente do país, vide Jânio Quadros em 1960. A partir da redemocratização em 1985, e da fragmentação partidária decorrente da legislação liberal, muitos partidos referenciados na “democracia cristã” foram formados.

O presente trabalho investiga esse relevante fenômeno social na interseção entre a sociologia da religião e a sociologia política. Para tanto, foram observados os vínculos que os diferentes cultos religiosos mantêm com os mais diversos partidos, na busca por intermediários, a fim de inserir suas agendas nas instituições políticas. A hipótese aqui sugerida é a de que esses cultos religiosos, em particular os evangélicos, sofisticaram a sua ação coletiva ao longo do tempo. Fundaram organizações da sociedade civil que agregam diferentes cultos, com o propósito de agenciar essa intermediação de interesses. A criação, em 2002, do Fórum Evangélico Nacional Ação Social e Política, FENASP, e, posteriormente, da Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil, a CONCEPAB, e suas atuações como organizadores de candidaturas evangélicas nas eleições, parecem validar essa hipótese. A primeira seção traz um breve recorte histórico e comparado dos partidos confessionais no contexto internacional e no Brasil. A segunda seção observa a diversidade dessas

organizações pós-redemocratização em 1985 no Brasil. Por fim, são analisadas as recentes criações de organizações religiosas suprapartidárias no país.

Breve história da relação entre religiões e partidos

A relação íntima entre religiões e partidos políticos não é um fenômeno recente. Os primeiros partidos políticos declaradamente vinculados às organizações religiosas, em particular às católicas, surgiram na Europa em meados do século XIX. Aqui, destaca-se certamente o Partido Católico Liberal liderado pelo Conde de Montalembert. Importante referência do catolicismo liberal na França desde 1830, Montalembert e seu partido atuaram em defesa da liberdade religiosa e de imprensa tanto na monarquia burguesa de Luís Filipe, quanto na Segunda República, de 1848 a 1852. Com o golpe de Estado que instaurou o Segundo Império de Luis Bonaparte - autointitulado Napoleão III -, Montalembert, liberal convicto, passou para a oposição ao regime. Nesse mesmo período, mais precisamente em 1848, surgia na Suíça o “Partido Católico Conservador”, como expressão política dos católicos, em tensão com o movimento protestante no país. Aliás, essa tensão entre protestantes e católicos também esteve presente na Alemanha. Foi com a fundação, em 1870, do Partido do Centro, que os alemães viram sua primeira formação partidária católica. Esse partido surgiu no contexto da *Kulturkampf*, ou luta pela cultura, movimento empreendido pelo chanceler do império alemão, Otto Von Bismarck, em favor da maioria protestante contra os católicos. Liderado pelo bispo católico Von Ketteler, o Partido do Centro cresceu, tornou-se o principal partido do país e superou Bismarck. Contudo, no século XX, o Partido do Centro perdeu muito de sua potência eleitoral e foi substituído pelo protagonismo da União Democrata Cristã, CDU na sigla em alemão, partido referenciado na “democracia cristã”¹. No caso da CDU, estão reunidos em seu interior tanto católicos quanto protestantes. A partir da década de 40, a CDU se tornou o maior partido da Alemanha, na medida em que indicou diversos primeiros-ministros, como Konrad Adenauer entre 1949 e 1963, Ludwig Erhard, entre 63 e 66, Helmut Kohl, entre

¹ A principal referência da “democracia cristã” é a encíclica *Rerum Novarum* escrita pelo Papa Leão XIII em 1891. Essa encíclica defendia medidas de intervenção estatal em defesa dos mais pobres, embora rejeitasse a política socialista.

82 e 98, e Angela Merkel de 2005 até os dias atuais. Um partido-irmão da CDU, pois também referenciado na “democracia cristã”, é a União Social Cristã, CSU. Trata-se de um partido menor nacionalmente, mas muito forte na região da Baviera, onde dirige o governo ininterruptamente desde a década de 50.

A partir do século XX, o surgimento de partidos cristãos passou a ocorrer também no sul da Europa, concomitante ao crescimento da democracia cristã. O primeiro deles foi o Partido Popular Italiano, fundado em 1919 pelo padre católico Dom Luigi Sturzo. Não obstante sua curta vida – o PPI foi dissolvido pelo regime fascista de Mussolini em 1926 - esse partido inaugurou a tradição internacional da democracia cristã. Após a queda do fascismo, muitos de seus antigos membros migraram para o vitorioso partido da Democracia Cristã, fundado em 1942². No caso espanhol, a longa ditadura de Francisco Franco, entre 1939 e 1975, obstaculizou o sistema partidário no país. Apenas com a transição democrática foi possível a novos partidos emergir. Os democratas cristãos espanhóis a princípio participaram da fundação da União de Centro Democrático em 1977, depois do Partido Democrata Popular em 1982 até, finalmente, formarem o Partido Popular em 1989. O mesmo ocorreu em Portugal, onde somente após a Revolução dos Cravos em 1974, que pôs fim à ditadura militar iniciada em 1933, o sistema partidário se reorganizou. Inspirado pela ideologia democrata cristã, foi fundado em 1974 o Centro Democrático Social – Partido Popular, CDS–PP, liderado por Diogo Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa.

Também na América Latina, a “democracia cristã” seguiu seu caminho ao longo do século XX, em particular após a década de 40, quando foi fundada a Organização Democrata Cristã da América. Diversos países viram partidos referenciados na “democracia cristã” serem fundados, como a Argentina e a Bolívia em 1954, Peru em 1956, Paraguai em 1960 e Uruguai em 1962. Mas Venezuela e Chile talvez sejam os casos mais exemplares. Em 1946 foi fundado na Venezuela o Comité de Organización Política Electoral Independiente, COPEI, partido da democracia cristã no país. Ao lado da Ação Democrática, o

² A Democracia Cristã elegeu diversos primeiros-ministros na Itália. Entre 1946 e 1981 todos os primeiros ministros do país vieram da Democracia Cristã. Entre 1987 e 1992 o mesmo ocorreu. Após a conhecida Operação Mãos Limpas, que desnudou diversos casos de corrupção no país, o partido desapareceu do cenário político italiano.

COPEI protagonizou o período político inaugurado com o *Pacto de Punto Fijo* em 1958 e que durou até o início da década de 90. Seu fundador, Rafael Caldera, chegou a ser presidente do país entre 1969 e 1974 e entre 1994 e 1999³, bem como Luis Herrera Campins entre 1979 e 1984 (Villa, 2005). Outro caso exemplar da participação partidária da “democracia cristã” na América Latina é o Chile. Fundado em 1957, o Partido Demócrata Cristão do Chile, PDC, chegou a eleger o presidente Eduardo Frei Montalva que permaneceu no poder entre 1964 e 1970⁴. Contudo, foi após a queda da ditadura de Augusto Pinochet que o PDC assumiu maior protagonismo. O partido não apenas participou de uma coligação eleitoral que dominou o país de 1990 a 2010, a *Concertación*, como elegeu os dois primeiros presidentes após a queda de Pinochet: Patricio Aylwin, de 1990 a 1994, e Eduardo Frei Ruiz-Tagle⁵, de 1994 a 2000.

No Brasil, o registro dessa relação religião-partido remete ao fim do século XIX. Embora os primeiros partidos políticos no país surgidos na década de 30 do século XIX, o Partido Liberal e o Partido Conservador, tivessem claramente alguma identidade com a religião católica, por exigência da Constituição de 1824⁶, apenas em 1870, um partido com esse nome, o Partido Católico, surgiu. Fundado pelo professor de direito da Faculdade do Recife, José Soriano de Sousa, o Partido Católico manteve suas atividades políticas até 1911. Em um interessante artigo publicado em 20 de setembro de 1876 no jornal *A União*, de Recife. Assim era definida a razão para a criação do Partido Católico:

Firmados nessas verdades inconcussas os católicos brasileiros sentem necessidade de fundar um partido. (...) Ora, o Cristianismo divino, tal qual o ensinou o seu divino Autor, só na Igreja se encontra; por conseguinte na direção da sociedade pelo Cristianismo não pode a sã política, a política que deseja a felicidade do povo, prescindir da Igreja. Essa é a política que os

³ Neste segundo mandato presidencial Caldera já não estava mais no COPEI.

⁴ Um bom estudo sobre a relação desse primeiro governo da democracia cristã no Chile com o populismo está em COELHO, 2000.

⁵ Eduardo Frei Ruiz-Tagle era filho do primeiro presidente eleito pela democracia cristã, Eduardo Frei Montalva.

⁶ O artigo 95 da Constituição de 1824 afirmava que não poderiam ser deputados aqueles que não professassem a religião do Estado, ou seja, a Religião Católica Apostólica Romana.

católicos querem, e para disputa-la no campo da legalidade formam um partido (CHACON, 1981, p. 253).

Na década de 30, a estratégia política dos católicos foi relativamente alterada. Sob a liderança de Dom Sebastião Leme, o Cardeal Leme, e tendo como secretário geral Alceu Amoroso Lima, foi organizada em 1932 a Liga Eleitoral Católica, LEC, associação civil de âmbito nacional, cujo objetivo era apoiar candidatos de diversos partidos para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Para Leme, não era necessário a existência de um único partido católico se as ideias da Igreja, como a indissolubilidade do casamento, a assistência religiosa às escolas públicas e a pluralidade sindical podiam estar espalhadas por candidatos de vários partidos⁷.

Com o início da República de 46, um novo sistema partidário formou-se no Brasil. Foi nesse contexto que surgiu o Partido Democrata Cristão, fundado em 1945 pelo professor de direito da USP, Antonio Ferreira Cesarino Júnior. O próprio Alceu Amoroso Lima colaborou com a formação do partido, embora não tenha se filiado à legenda⁸. De acordo com Fleischer, a sua liderança inicial “coube a intelectuais leigos, muitos deles professores universitários. No início da década de 1960, o PDC já contava com outros profissionais liberais, empresários mais modernos e alas operários, estudantis e universitárias” (2004, p. 252). Entre seus quadros estiveram muitos nomes relevantes da política brasileira como o ex-presidente Jânio Quadros, o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, os ex-governadores do Paraná, Nei Braga e José Richa, e os ex-deputados federais Plínio de Arruda Sampaio, Paulo de Tarso Santos, Romulo Marinho, Nelson Marchezan, Álvaro Valle, José Menck, Hélio Ferreira Machado, Arruda Câmara e Juarez Távora.

O Partido Democrata Cristão (PDC) credenciou-se como a sexta maior agremiação partidária na Câmara dos Deputados, experimentando um processo de crescimento ao longo dos anos. Na eleição de 1962, passou a ter a quinta maior bancada de parlamentares federais. Foi pelo PDC que Jânio Quadros venceu a eleição presidencial de 1960, com 48,3% dos votos.

⁷ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

⁸ Idem.

Originalmente um partido vinculado à Igreja Católica, o PDC concentrava sua força eleitoral no Paraná (onde elegeu o governador Nei Braga em 1960), em Pernambuco e em São Paulo. O futuro governador paulista Franco Montoro iniciou a sua carreira política no PDC (SCHMITT, 2000, p. 19).

O sistema partidário da República de 46 consistia no protagonismo de três legendas principais: PTB, UDN e PSD. Não obstante a força da religião católica na sociedade brasileira, o PDC era um partido menor, de segundo escalão, ao lado do PCB. Arguto intérprete dessa fase histórica da “democracia cristã” no país, Luiz Werneck Vianna, observa que “o PDC não contava com o apoio institucional da Igreja, nem o das classes subalternas no campo, apropriadas pelo PSD, nem com o dos centros urbanos, que votavam no PTB. Era um partido das elites urbanas dos estados industrializados (...)” (VIANNA, 1981, p. 161). Esse isolamento era também responsabilidade da própria linha programática do partido, que não se diferenciava das propostas já presentes na CLT e na Carta de 46, como sugere Vianna:

Investido dessa pauta programática, o PDC, não se poderia apresentar como a organização capaz de ocupar o espaço político para a corrente católica, no sentido de aproximar as classes subalternas da concepção do mundo da Igreja. Deixando à margem os trabalhadores dos campos e se limitando à cantilena colaboracionista entre classes sociais e a reclamar um Estado promotor do “bem comum” – o que, de resto já fazia o PTB – não consistia numa alternativa real da arena política (1981, p. 158).

Programaticamente o PDC adotava uma política de Terceira Via no sistema partidário da República de 46: um partido liberal, mas que aceitava certas intervenções estatais na economia. De acordo com seu programa aprovado na convenção nacional do partido em 1961,

A democracia cristã constitui uma terceira posição ideológica e política, distinta do liberalismo e do marxismo. Em oposição ao capitalismo, que nega a justiça, e ao comunismo, que esmaga a liberdade, a democracia cristã luta pela

instauração de uma ordem social que realize a justiça sem destruir a liberdade (CHACON, 1981, p. 471).

Em seu interior, pelo menos três grandes correntes disputavam esses rumos programáticos da legenda: uma corrente conservadora, anticomunista e antirreformas, liderada por Arruda Câmara e Juarez Távara; outra corrente mais à esquerda, liderada por Paulo de Tarso Santos e Plínio de Arruda Sampaio, que defendia a reforma social e agrária; e, por fim, uma corrente moderada, liderada por Antônio Queiroz Filho e Franco Montoro, que se mantinha como mediadora interna. Essa heterogeneidade interna refletia até mesmo em posicionamentos externos contraditórios. Se de um lado membros do partido, como Paulo de Tarso Santos, faziam parte do governo de João Goulart, outros, como Juarez Távara, recebiam recursos de institutos como IPES e IBAD para desestabilizar o governo (COELHO, 2003).

Com a ditadura militar, o PDC foi extinto e somente com a redemocratização em 1985 e a conseqüente abertura para o multipartidarismo novas agremiações de perfil confessional foram formadas. Esse é o tema da próxima seção.

Religião e organizações partidárias no Brasil pós-1985

No período pós-1985, também conhecido como Nova República, a aproximação entre os partidos e as religiões no Brasil foi diversificada. Em 1985, ano do fim da ditadura militar, pelo menos dois partidos políticos referenciados na democracia cristã foram fundados: o Partido Democrata Cristão, PDC, de José Maria Eymael e o Partido Social Cristão, PSC, de Vitor Nólseis. Mas essas novas agremiações não detinham quaisquer relações de continuidades com aquela da República de 46 (SCHMITT, 2000, p. 75). No mesmo ano também foi fundado o Partido Liberal, PL. Embora não fosse exatamente um partido referenciado na “democracia cristã”, seu presidente fundador foi o deputado Álvaro Valle, antigo quadro do PDC no período anterior à ditadura. Um caso particular que merece destaque é o do Partido Trabalhista Cristão, PTC. Esse partido foi fundado em 1985 pelo advogado Daniel Tourinho com a designação Partido da Juventude. Em 1989, ao lançar a candidatura de Fernando Collor de

Mello, o nome do partido foi alterado para Partido da Reconstrução Nacional, PRN. Consta que a alteração do nome teria sido uma sugestão de Marcos Coimbra, presidente do Instituto Vox Populi e primo de Collor⁹. Somente em 2000 a legenda passaria a ser chamada de PTC.

Na primeira eleição presidencial que disputaram em 1989, PL e PDC formaram uma coligação tendo Guilherme Afif Domingues, do PL, como candidato a presidente e Aluisio Pimenta do PDC como vice. Mas a chapa não passou da sexta posição, tendo obtido apenas 4,5% dos votos. Já o PSC apoiou a chapa do vitorioso candidato presidencial Fernando Collor de Mello pelo PRN. Como atesta parcela da literatura especializada, à candidatura de Collor somou-se grande parte do setor evangélico do país como a Igreja Universal do Reino de Deus, do Bispo Edir Macedo e a Assembleia de Deus, do pastor Manuel Ferreira (MARIANO e PIERUCCI, 1992).

Ideologicamente, esses partidos confessionais do pós-85 nasceram claramente mais identificados com a direita do espectro político. Uma das razões talvez tenha sido o fato de nomes que pertenciam à esquerda religiosa terem ido para o PT em 1980, caso do Plínio de Arruda Sampaio, ou mesmo para o PMDB, como Paulo de Tarso Santos. Uma outra parcela da esquerda católica já havia migrado para o PCdoB desde a década de 70, caso dos ex-deputados oriundos da Ação Popular, Haroldo Lima e Aldo Arantes. Assim, os que foram ao PSC, ao PDC, ou mesmo ao PL, mantiveram um discurso claramente neoliberal. Esse foi, inclusive, o perfil programático da campanha presidencial do empresário Guilherme Afif Domingues pela chapa PL-PDC, e de Collor com o apoio do PSC.

No início da década de 90 algumas mudanças ocorreram nesse cenário. O PDC deixou de existir em 1993 quando se uniu ao PDS de Paulo Maluf para criar uma nova legenda: o PP. Esse processo de fusão gerou descontentamento interno no partido, o que levou uma ala liderada pelo ex-deputado José Maria Eymael a criar uma nova legenda em 1995: o Partido Social Democrata Cristão, PSDC. Nesse mesmo ano de 1995 surgiu o Partido Humanista da Solidariedade, PHS, referenciado na “democracia cristã”. De acordo a doutrina partidária do

⁹ Ver <http://www.ptc36nacional.com.br/sobre-o-partido/>

PHS, “há necessidade de prover o povo de um instrumento político partidário inspirado nos princípios humanistas e na doutrina social-cristã”¹⁰.

Em 1994, o PL apoiou a candidatura vitoriosa de Fernando Henrique Cardoso pelo PSDB, ao passo que o PSC lançou a fracassada pretensão presidencial de Hernani Fortuna, que terminou a eleição em último lugar. No ano de 1998, o PL retirou seu apoio a FHC e migrou para a candidatura de Ciro Gomes pelo PPS, enquanto PSC e PHS lançaram candidatos próprios: respectivamente Sergio Bruno, que ficou em 11º lugar com menos de 1% dos votos; e Vasco Azevedo Neto, último colocado. Em sua estreia na corrida eleitoral presidencial, o PSDC lançou José Maria Eymael que ficou na nona posição com menos de 1% dos votos. O partido viria a relançar Eymael em todos os pleitos seguintes, 2002, 2006, 2010 e 2014, e em todos eles obtendo menos de 1% dos votos. O ano de 2002 pode ser considerado uma marca de virada histórica, ao menos para o PL. Na ocasião o partido indicou o empresário José Alencar como vice na chapa vitoriosa de Luiz Inácio Lula da Silva pelo PT. Mais do que isso, o PL viu sua bancada de deputados crescer como nunca. O PHS também participou da chapa de Lula e Alencar. Já o PSC sustentou a chapa presidencial de Anthony Garotinho pelo PSB.

Durante o primeiro governo Lula, uma série de mudanças ocorreram no interior do PL. Em um primeiro momento, em 2005, sob a liderança de José Alencar e Marcos Pereira, uma parte do PL fundou o PRB, partido assentado ideologicamente na “democracia cristã”. No ano seguinte, em 2006, após uma fusão com o PRONA, o PL passou a se chamar Partido da República, PR. Nesse ano, José Alencar foi reconduzido como vice-presidente na chapa reeleita de Lula, mas dessa vez pelo PRB. Em 2010, PR, PRB e PSC se encontraram pela primeira vez ao apoiarem a chapa de Dilma Rousseff pelo PT. Em 2012 mais uma sigla referenciada na “democracia cristã” foi fundada: o Partido Ecológico Nacional, PEN. Junto ao PTC, o PEN deu seu apoio à candidatura de Aécio Neves do PSDB em 2014, enquanto o PHS formou coligação com Marina Silva do PSB. Já o PSC teve chapa própria em 2014, com Pastor Everaldo como candidato.

¹⁰ Ver <http://phs.org.br/institucional/doutrina-partidaria/>

Em seu profundo estudo sobre a composição social dos partidos no legislativo, Leôncio Martins Rodrigues (2002, p. 57) observou que na 51ª. Legislatura Federal, de 1999 a 2003, havia 16 deputados pastores contra apenas 2 padres. A partir desses dados, Rodrigues levantou a hipótese de uma disposição maior dos evangélicos para investir na representação política, diferente da Igreja Católica, que preferiria apostar em formas de pressão política extraparlamentares. Alguns anos mais tarde Rodrigues fez a pesquisa para a 52ª. Legislatura e registrou um aumento de 16 para 26 pastores eleitos, enquanto os padres permaneceram em mesmo número. Esses 26 pastores, 12 pertenciam à Igreja Universal do Reino de Deus, 9 à Assembleia de Deus, 1 à Igreja Batista e os demais faziam parte de outros cultos menores (RODRIGUES, 2006, p. 69). Ainda de acordo com o pesquisador, esses pastores pertencem ideologicamente, em sua maioria, aos partidos da direita do espectro político.

Na 51ª. Legislatura, o PTB foi a legenda pela qual mais pastores chegaram à CD (seis casos). Seguem-se o PP, com cinco, e o PFL, com três. Nesse pleito, nenhum pastor elegeu-se pelo PL. Nas eleições de 2002 para a 52ª., porém, o PL superou, de longe, os demais em número de pastores em sua legenda: 11 (42%) dos 26 pastores eleitos chegaram à CD pelo PL. O PTB, com três deputados, partilhou o segundo lugar com o PFL e o PMDB. De todo modo, as siglas da direita continuaram a ser as preferidas pelos pastores, apesar de que três se elegeram por legendas de esquerda (dois pelo PSB e um pelo PDT) (RODRIGUES, 2006, p. 70).

Essa presença intensa de políticos evangélicos em partidos da direita do espectro político remete-nos a uma interessante dualidade apontada pela literatura. De acordo com Bohn (2004), ao mesmo tempo em que evangélicos possuem posições conservadoras em relação ao homossexualismo e ao aborto, podem ser favoráveis à realização de greves e à intervenção do Estado na economia. “Essa dissociação torna difícil caracterizar os evangélicos como membros da base do que vem sendo identificado como “nova direita” (BOHN, 2004).

Tabela 1: Deputados eleitos por partidos de “Democracia Cristã”:¹¹

| Legislatura / Partido | PSDC | PEN | PTC | PHS | PRB | PL - PR | PSC |
|------------------------|------|-----|-----|-----|-----|---------|-----|
| 51ª (1999-2003) | 0 | – | 0 | 0 | – | 12 | 2 |
| 52ª (2003-2007) | 1 | – | 0 | 0 | – | 32 | 1 |
| 53ª (2007-2011) | 0 | – | 3 | 2 | 1 | 23 | 9 |
| 54ª (2011-2015) | 0 | – | 1 | 2 | 8 | 41 | 17 |
| 55ª (2015-2018) | 2 | 2 | 2 | 5 | 21 | 34 | 13 |

Conforme nos sugere a Tabela 1, a partir dos governos Lula e Dilma não apenas houve uma maior fragmentação de partidos confessionais, como também houve um crescimento das bancadas desses partidos. O PL/PR e PRB certamente foram privilegiados pela indicação do vice-presidente José Alencar na aliança vitoriosa com o PT. Também o PSC cresceu depois de entrar para a base governista, mas viu sua bancada reduzir um pouco após lançar-se como oposição ao governo de Dilma em 2014.

Dito isso, resta a seguinte questão: o referencial na “democracia cristã” faz com que todos esses partidos sejam exatamente iguais? Certamente, não. Há distintas estratégias das igrejas. O PRB, fundado em 2005, é um partido próximo da Igreja Universal do Reino de Deus, IURD. Seu presidente nacional, Marcos Pereira, é bispo licenciado da IURD e ex-vice presidente da Rede RECORD de Televisão. O mesmo ocorre com o ex-senador e atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella¹². Mas isso não quer dizer que todos os quadros oriundos da IURD utilizem o PRB como instrumento partidário preferencial. Apesar de o PRB ter sido criado apenas em 2005, a participação da IURD é bem mais antiga, desde fins da década de 80. A IURD foi, aliás, quem inaugurou entre os evangélicos essa forte priorização da ação política institucional, o que fomentou que outras igrejas a copiassem. Na formulação de Oro (2003), “o sucesso político da IURD parece estar produzindo um efeito mimético no campo religioso”.

¹¹ Fonte: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/bancadas/bancada-na-eleicao>

¹² Um bom estudo sobre a construção da identidade eleitoral de Crivella na disputa para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2004, na época pelo PL, está em GERALDO, 2012.

Quando foi criado em 2012, muitos boatos sugeriram que o PEN seria um braço político da Assembleia de Deus. No entanto, seu presidente, Adilson Barroso, faz questão de desmentir: “Isso é uma grande mentira. Só porque sou evangélico e entendo que Cristo é o filho de Deus, não quer dizer que o partido também seja. É um partido normal, nenhum pastor ajudou a coletar as assinaturas para a fundação”¹³. Não obstante a tentativa de separar religião e partido, o estatuto da sua organização assevera que “o PEN tem como ensino de base os conceitos da Social Democracia Cristã”¹⁴. O PSC mantém uma relação íntima com a Assembleia de Deus a partir de seu presidente nacional, Pastor Everaldo. Outro nome conhecido do partido é o deputado federal Marco Feliciano, pastor da Catedral do Avivamento, uma igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus. No entanto, o próprio Everaldo deixa claro que a participação no partido é aberta para todas as religiões: “Mas o partido não é uma igreja, tem gente de toda religião e, graças à democracia, até ateu entra à vontade, desde que concorde com os princípios cristãos”¹⁵. Católico, José Maria Eymael, presidente do PSDC, diz a mesma coisa sobre o seu partido:

A democracia cristã tem compromisso com os valores humanísticos do cristianismo: liberdade, justiça, solidariedade. E na democracia cristã, no PSDC se reúne cristãos de todos os credos. Por exemplo eu sou cristão católico, mas nós temos no partido cristãos evangélicos, cristãos espíritas e cristãos que professam, inclusive, religiões afro-brasileiras¹⁶.

Essa relação entre igrejas e partidos políticos é, claro, muito heterogênea. Uma interessante entrevista publicada na revista *Época* com Silas Malafaia, pastor pentecostal líder do ministério Vitória em Cristo, ligado à Assembleia de Deus, demonstra bem essa heterogeneidade:

¹³ Ver Sul 21, 20/07/2012. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2012/07/ligado-a-evangelicos-partido-ecologico-nacional-cresce-no-norte-e-no-nordeste>

¹⁴ Estatuto do PEN, disponível em:

<http://pen51.org.br/documentos/3d3f64efaf419b5ebf689e4cee438a01.pdf>

¹⁵ Ver Estado de Minas, 25/03/2013. Disponível em:

http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/03/25/interna_politica,362348/conheca-o-psc-partido-do-pastor-marco-feliciano.shtml

¹⁶ Ver G1, 26/09/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/09/bom-dia-brasil-entrevista-jose-maria-eymael.html>

Isso mostra que os evangélicos não têm unanimidade em pensamento político. Cada um é livre para fazer suas escolhas. Por isso, sempre fui contra a criação de um partido evangélico. Baixo o bambu quando alguém vem com essa ideia. Temos de estar em tudo que é partido. (...) O que são partidos políticos? Partes da sociedade. Não sou de partes. Sou do todo¹⁷.

A estratégia de ter candidatos em diversos partidos é até mesmo publicizada por algumas igrejas. A Igreja do Evangelho Quadrangular chegou a publicar uma nominata com todos os seus candidatos pelo Brasil nas eleições de 2014. Na lista havia candidatos de nove partidos distintos: 11 do PSC, 8 do PTB, 4 do PDT, 3 do PMDB, 2 do PTN, 1 do PMN, 1 do PSB, 1 do PR e 1 do PHS¹⁸. A lista de partidos com candidatos da Igreja do Evangelho Quadrangular cresceu em 2016 com a filiação do pastor Rinaldi Digilio, candidato a vereador pelo PRB naquela eleição¹⁹.

Borges (2007 e 2009) avança na hipótese de que a inexistência de um partido evangélico pode ser explicada pela ausência de traços em comum entre os membros que os singularizam perante os demais deputados. Se não há uma identidade política forte, não há razão para haver um único partido evangélico. Mas o fenômeno é ainda mais complexo. Não se trata de não haver um único partido evangélico. Não há nem mesmo um partido para cada igreja, em que pese a preferência da IURD pelo PRB e da Assembleia de Deus pelo PSC. As estratégias eleitorais são, portanto, suprapartidárias. Esse é o tema da próxima seção.

Religião e organizações suprapartidárias no Brasil

Não há no período democrático pós-1985 um único partido político da “democracia cristã”, nem mesmo um “partido evangélico” e um “partido católico”.

¹⁷ Ver revista Época, 08/09/2014. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/09/bsilas-malafaiab-marina-levara-80-dos-votos-evangelicos.html>

¹⁸ Disponível em: http://52ieq.com.br/candidatos_ieq.htm

¹⁹ Disponível em: <http://www.prb10.org.br/noticias/municipios/lideranca-jovem-da-igreja-quadrangular-se-filia-ao-prb-de-sao-paulo/>

Todavia, isso não significa que não haja organização dessas religiões no período eleitoral. Ocorre que essa organização é suprapartidária.

No campo evangélico, a principal organização suprapartidária é a Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil, CONCEPAB, formada por líderes evangélicos pentecostais – Assembleias de Deus - e neopentecostais – IURD, Sara Nossa Terra etc. Em 2009, a CONCEPAB começou a ser organizada como órgão de representação nacional dos Conselhos de Pastores estaduais e sua direção nacional foi eleita em 2011 com representantes de 12 conselhos estaduais: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Paraná, Sergipe, Amapá, Acre, Minas Gerais, Distrito Federal, Roraima, Amazonas e Pernambuco²⁰. Seu presidente é o ex-deputado e bispo fundador da Igreja Sara Nossa Terra, Robson Rodvalho. Outro importante dirigente do CONCEPAB é o pastor da Sara Nossa Terra, Wilton Acosta, que também é presidente estadual do PRB no Mato Grosso do Sul. Em 2016, só no estado de São Paulo, a CONCEPAB organizou a campanha de 242 candidatos a vereadores, sendo 216 só do PRB. Mas há ainda nomes do PT, PV, DEM, PSDB, PP, PPS, PSC, PSD, PSB, PSL, PTB, PTN e PTC²¹.

Entre os católicos, a principal organização é a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. Mas, ao contrário da CONCEPAB, a CNBB não divulga listas de candidatos ou de partidos preferenciais. Em 2010, o máximo que a CNBB fez foi emitir declaração conclamando ao voto ético dos fiéis:

A campanha eleitoral é oportunidade para empenho de todos na reflexão sobre o que precisa ser levado adiante com responsabilidade e o que deve ser modificado, em vista de um Projeto Nacional com participação popular. Por isso, incentivamos a que todos participem e expressem, através do voto ético, esclarecido e consciente, a sua cidadania nas próximas eleições, superando possíveis desencantos com a política, procurando eleger pessoas comprometidas com o respeito incondicional à vida, à família, à liberdade religiosa e à

²⁰ Disponível em: <https://www.itingagospel.com.br/portal/concepab-nao-tem-objetivo-de-representar-os-evangelicos-do-brasil-diz-pastor/>

²¹ Revista Veja, 29.109.2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/sp-lideres-evangelicos-se-unem-em-prol-de-242-candidatos/>

dignidade humana. Em particular, encorajamos os leigos e as leigas da nossa Igreja a que assumam ativamente seu papel de cidadãos colaborando na construção de um País melhor para todos²².

Mas isso não significa que os bispos católicos não emitam opiniões independentes. Essa posição é, inclusive, reconhecida pelo secretário geral da CNBB, Dom Dimas Lara, como pode ser visto em suas palavras:

A CNBB não indica este ou aquele candidato, apenas aponta critérios para o discernimento do eleitor. Sabemos que vários bispos têm se posicionado em uma direção ou em outra. Para nós, isso é perfeitamente normal. A CNBB não é uma instância hierárquica que ditasse ordens aos bispos, é um organismo a serviço da comunhão. Eles [bispos] são livres para fazer o que acharem da sua consciência de pastores que é melhor para seus eleitores²³.

Esse posicionamento foi reiterado pela CNBB em 2016, quando emitiu uma mensagem onde reafirmou que “a Igreja Católica não assume nenhuma candidatura, mas incentiva os cristãos leigos e leigas, que têm vocação para a militância político-partidária, a se lançarem candidatos”²⁴. Contudo, em que pese esse afastamento da CNBB das estruturas partidárias, deve ser destacado o papel de um ramo da igreja mais ativo na vida política: trata-se da Renovação Carismática Católica, RCC. A RCC adota uma postura de inovação na apresentação de seus cultos, com músicas que rompem com velho tradicionalismo da igreja, mas sem abandonar a doutrina católica. É dessa corrente da igreja que surgem muitos candidatos católicos ao parlamento. Apesar de ser suprapartidária, Py e Reis (2015) apontam para uma grande proximidade entre a RCC e um partido em particular, o PHS.

O crescimento do PHS em todo o Brasil, sobretudo nos Estados supracitados [Minas Gerais e Ceará], tem possibilitado

²² Nota da CNBB sobre as eleições no Brasil. Brasília, 16 de setembro de 2010.

²³ UOL, 08.10.2010. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/10/08/cnbb-padres-e-bispos-tem-o-dever-de-orientar-os-fieis-sobre-temas-da-fe-nestas-eleicoes.jhtm>

²⁴ Aparecida – SP, 13 de abril de 2016. Disponível em: <http://redentoristas.org.br/?p=3555>

uma crescente estrutura partidária, exposição midiática, força política e alianças para a atuação dos seus filiados. Nesse sentido, os membros desse partido, que estão ligados umbilicalmente com a RCC, de alguma forma, passam a ser porta-vozes na esfera pública. (...) No entanto, por mais que o PHS defendesse interesses dos católicos, muitos políticos preferiram não mudar de partidos (PY E REIS, 2015, 157).

Em síntese, há uma clara diferença entre a atuação das organizações da sociedade civil responsáveis pelas mediações entre igrejas e instituições, ou entre sociedade civil e sociedade política. Se entre as igrejas evangélicas constituiu-se a CONCEPAB, como meio suprapartidário de articulação e mobilização das candidaturas desse campo religioso, entre os católicos a CNBB abdica dessa estratégia e apenas sugere que seus fiéis entrem para a política, em que pese a proximidade da RCC com um pequeno partido em particular, o PHS.

Considerações finais

Ao longo do presente artigo busquei demonstrar como são antigas as relações entre religiões e partidos políticos na história comparada. No século XIX, o contexto político europeu já apresentava indícios de organizações católicas e protestantes que no século XX reorganizaram-se em torno da “democracia cristã”. Essa “democracia cristã” também alcançou a América Latina em geral, e o Brasil em particular, com a criação do PDC em 1945. Com a ditadura militar de 1964 o PDC foi extinto, mas com a abertura do regime em 1985 novas agremiações referenciadas na “democracia cristã” foram restabelecidas. Entre essas organizações partidárias identificamos o PDC, que posteriormente organizou-se em PSDC, o PL, que no século XXI passou a se chamar PR, o PSC, o PHS, o PTC, o PRB e o PEN. Foi observado ainda que, apesar das aproximações entre PRB e IURD, PSC e Assembleia de Deus, e PHS e RCC, é difícil dizer que haja partidos específicos para cada uma das igrejas. Os mecanismos mediadores entre essas igrejas e as instituições políticas parecem ocorrer em maior grau através de organizações suprapartidárias, como a CONCEPAB e a RCC.

Referências bibliográficas

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opin. Publica**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, Oct. 2004.

BORGES, T. D. P. Representação política e a presença dos evangélicos na política partidária. São Paulo: Dissertação Mestrado em Ciência Política, USP, 2007.

_____. Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 149-171, jan./jun. 2009.

BURKS, R. V. "Catholic Parties in Latin Europe," **The Journal of Modern History** 24, no. 3 (Sep., 1952): 269-286.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Ed. UNB, 1981.

COELHO, Sandro Anselmo. Democracia cristã e populismo: um marco histórico comparativo entre o Brasil e o Chile. **Revista de sociologia e política**, n. 15, p. 67-82, Nov. 2000.

_____. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 201-228, 2003.

FLEISCHER, D. V. Os partidos políticos. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Fundação UNESP, 2004.

GERALDO, Pedro Heitor Barros. O senador e o bispo: as estratégias de construção identitária nas eleições municipais cariocas de 2004. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 97-129, 2012.

MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos*. **CEBRAP**, n. 34, p. 92106, 1992.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 53, Oct. 2003.

PY, Fábio; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. Católicos e evangélicos na política brasileira. **Estudos de Religião**, v. 29, n. 2. 135-161. jul.-dez. 2015.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.

SCHMITT, Rogerio. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

VIANNA, L. W. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. In: FLEISCHER, D. V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Edunb, 1981.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estud. av.**, São Paulo, v.19, n. 55, p. 153-172, Dec. 2005.